Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3
Cadernos PDE

VOLUME I

# OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE

2014

Artigos

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

# RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO NA ESCOLA.

Autora: Kátia Belasque Bauch [1]

Orientadora: Suzane S. Löhr [2]

## RESUMO

A Sala de Recursos Multifuncional tipo I – SRM I apresenta-se como uma alternativa educacional que procura trabalhar habilidades necessárias ao processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais. A efetivação de um bom trabalho direcionado a todo educando, criando comunidades acolhedoras para uma sociedade de fato inclusiva, demanda a parceria entre professores de salas de recursos multifuncionais e professores das salas regulares. Para que esta parceria se concretize, faz-se necessário que os professores (da classe regular e da sala de recursos) trabalhem de forma articulada e tenham conhecimentos básicos que facilitem a integração dos seus fazeres. Assim, o presente trabalho descreve uma proposta de intervenção que tem por objetivo auxiliar no processo de integração de tais profissionais, sendo direcionado a todos os professores que direta ou indiretamente se deparam com a necessidade de trabalhar a inclusão em suas turmas. Resultante de estudos realizados no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, programa este que visa a melhoria da qualidade de ensino público por meio de capacitação de professores da rede pública estadual, e após todo um processo de coleta de dados e desenvolvimento de atividades, chegou-se à conclusão que os professores acreditam que a possibilidade de um trabalho colaborativo, estipulando parcerias entre professores do ensino regular e professores da sala de recursos multifuncionais podem facilitar esta relação e tornar seu trabalho mais efetivo junto aos seus alunos, auxiliando em seu processo de escolarização na escola comum. A proposta, organizada em 8 encontros, de 4 horas cada, com temas relativos às necessidades educativas especiais, foi implementada com 13 (treze) professores, 9 (nove) atuando em sala regular e 4(quatro) professores de SRM-I.

**Palavras-chave**: inclusão, necessidades educativas especiais, salas de recursos multifuncionais, escola.

---

[1] Professora da Rede Estadual de Educação do Paraná, participante do Programa de Desenvolvimento Educacional, PDE – 2014.

[2] Professora Orientadora do PDE - Programa de Desenvolvimento Educacional.

## 1 INTRODUÇÃO

Paulo Freire (2014), sempre fez alusão à possibilidade de transformação do mundo, às mudanças possíveis na sociedade e no meio educacional. Segundo ele é certo que mulheres e homens podem mudar o mundo para melhor, para fazê-lo menos injusto, mas a partir da realidade concreta a que a sua geração chega “E não fundadas ou fundadas em devaneios, falsos sonhos sem raízes, puras ilusões. O que não é, porém possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto” (FREIRE, 2014, p.61).

A partir da citação de Freire, pensa-se na escola como local real, onde o aprendizado é movimento, onde não só alunos, mas professores também aprendem em seu cotidiano, em suas salas de aula, salas de professores, formação continuada. Escola como espaço para a relação dialética entre os envolvidos, em que pode acontecer na prática o dito: “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2011, p. 25).

Os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais têm assegurado na Constituição Federal de 1988, o direito à sua escolarização ser realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola aonde estejam matriculados (OLIVEIRA, GOTTI e DUTRA, 2006). Para atender a tais demandas, visando articular o ensino regular com o atendimento educacional especializado, foram concebidas as chamadas salas de recursos multifuncionais.

Denomina-se sala de recursos multifuncionais, num âmbito escolar, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos. Vale lembrar que, incluir não se limita a colocar a criança na escola e sim fazer com que ela consiga interagir de acordo com o meio e com outras crianças, afirma Mantoan (2003). A sala de recursos como uma ponte entre o ensino regular e as necessidades educativas especiais é apontada por Oliveira, Gotti e Dutra (2006):

> ... salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (OLIVEIRA, GOTTI e DUTRA, 2006 p. 13).

Segundo Mazzaro (2007) é preciso ressaltar que hoje a formação dos professores atuantes nas escolas, configura um dos aspectos que vem dificultando a implantação da educação inclusiva, pois para atender à nova exigência legal, os professores que atuam no ensino regular precisam de conhecimentos relativos à educação do aluno com necessidades especiais. No entanto, tais conteúdos não estão presentes em grande parte dos currículos dos cursos superiores que formam professores para a educação básica, tão pouco em eventos de formação continuada. Assim, é comum professores sem conhecimento ou domínio apropriado, receberem em suas classes alunos com necessidades educativas especiais e não saberem como conduzir o processo ensino aprendizagem de forma a contemplar as necessidades específicas desta demanda.

Já nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) é frequente encontrar professores com formação em educação especial, porém nem sempre atualizados quanto aos conteúdos específicos trabalhados em cada ano do ensino regular. Respeitando as formações específicas, mas partindo do pressuposto de que o trabalho integrado poderia beneficiar os educandos, surgiu a proposta de estabelecimento de parceria entre professores de SRM e professores das salas de ensino regular, no sentido de aprendizado, troca de experiências e informações sobre as especialidades de seus alunos.

Serão apresentados dados da intervenção pedagógica e dos Grupos de Trabalho em Rede (GTR), resultantes das atividades desenvolvidas pela autora, que participou do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) no período de 2013-2015. As intervenções realizadas tiveram por meta provocar a reflexão dos professores sobre a função da sala de recursos multifuncionais para o processo educativo de alunos em processo de inclusão. O objetivo final era viabilizar parcerias entre os profissionais

que trabalham com estes alunos e construir pontes entre os professores da classe regular e da sala de recursos.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

### 2.1 INCLUSÃO EDUCACIONAL

A educação/escola inclusiva é um tema frequente nas escolas nos dias atuais, mas é também assunto de diversas opiniões, contrapontos e controvérsias, por isso faz-se necessário conhecer e entender todo o processo. O objetivo é que os educandos tenham direito à acessibilidade com qualidade e que não ocorram riscos de reforçar a exclusão social e educacional, como afirma Lima (2006).

> Inclusão na escola, tal como a concebemos hoje, não é só uma questão de receber, acolher e incluir alunos com diversidades que chegam à escola. É uma questão, também, de entender qual é o papel do adulto da espécie no desenvolvimento das novas gerações e que nuances vão fazer parte deste papel, quando elementos destas novas gerações apresentam diversidade em sua constituição biológica. Esta é uma perspectiva antropológica, segundo a qual o espaço escolar não se restringe à realização de aulas e transmissão de conteúdos, mas assume uma dimensão mais ampla: formar as novas gerações (LIMA, 2006, p. 7).

O mesmo ponto de vista é apresentado por Sanchez (2005, p.11) ao defender a filosofia da inclusão como educação eficaz para todos, ancorada nas escolas e comunidades educativas, devendo contemplar a todos os alunos em suas necessidades físicas ou psicológicas, contribuindo para a extinção da desigualdade e injustiça social.

As colocações de Lima (2006) e Sanchez (2005) indicam que a inclusão educacional constitui uma prática recente no processo de universalização da educação e que se solidifica nos princípios de aceitação das diferenças individuais, valorização do potencial humano, na aprendizagem por meio da cooperação e convivência dentro da diversidade humana.

Atualmente a comunidade escolar, em especial os professores, estão percebendo que as diferenças devem ser aceitas para que a construção da educação

seja mais completa e eficaz. Não se trata apenas de receber o aluno na instituição de ensino, mas é também necessário rever conceitos e paradigmas e, assim, construir uma nova concepção educativa. Segundo Sanchez (2005, p. 10) “a educação inclusiva é antes de tudo uma questão de direitos humanos (...)”.

A educação inclusiva ou inclusão educacional é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todos os alunos. Atua com foco específico nas pessoas ou grupo de pessoas que estão excluídas da efetivação do direito à educação e que estão fora da escola, ou ainda que enfrentam barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar. O termo inclusão reflete uma nova abordagem na elaboração das políticas públicas que reforça a concepção de transversalidade da educação especial nos programas educacionais (OLIVEIRA, GOTTI e DUTRA, 2006).

Para Vargas (2013), a inclusão disponibiliza oportunidade para mudar atitudes, pois somente quando a pessoa se depara com os próprios limites que vê o quanto é importante buscar alternativas para configurar de forma adequada uma educação inclusiva de qualidade. Somos diferentes, pensamos diferentes, agimos de modo diferente, sentimos diferente e para tanto há necessidade de metodologias diferentes. Segundo o autor, todo aluno espera encontrar na escola um ambiente acolhedor, uma figura positiva e que seu sucesso venha por meio de algum esforço, para que seja realmente válido. A busca pela inclusão educacional é uma luta contínua, que deve contemplar a todos os alunos. Os que estão sendo incluídos devem sentir-se integrados e os demais precisam desenvolver habilidades de acolhimento, aprender a lidar com as diferenças, respeitando a si e ao outro.

### 2.1.1. Legislação e Diretrizes da Inclusão Educacional.

A Declaração de Salamanca (1994) afirma, entre outros tópicos, que todas as crianças têm necessidades e aprendizagens únicas, com direito a ir à escola de sua comunidade, com acesso ao ensino regular. Os sistemas educacionais devem implementar programas, considerando a diversidade humana e desenvolver uma pedagogia voltada para a criança. Assim, as escolas regulares com orientação inclusiva

constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras. Apoiado nos princípios fundamentais da Declaração de Salamanca, Pacheco (2007) aponta os passos necessários para que a inclusão se torne uma realidade. Segundo o autor, somente será possível falar de inclusão quando, em consonância com a Declaração de Salamanca, as escolas se constituírem em comunidades abertas e solidárias, ou seja, somente será possível falar de inclusão quando todos os envolvidos (professores, especialistas, alunos, pais...) se conhecerem em objetivos comuns.

A inclusão escolar é um fato, previsto legalmente, mas ainda há muito que avançar no interior das escolas, para que os direitos garantidos por lei se tornem práticas diárias. Gomes (2008) defende a proposta inclusiva e desafia o leitor a identificar a presença do pensamento inclusivo em documentos oficiais. Segundo ele: “um bom exercício para perceber o caráter indagador da diversidade nos currículos seria analisar as propostas e documentos oficiais com os quais lidamos cotidianamente” (GOMES, 2008, p.28).

Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024/61, a Constituição Brasileira de 1988, a Resolução nº 2/2001 - CEB/CNE que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, pode-se destacar, como soma neste processo de inclusão, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 2014) que reitera o direito ao acesso, igualdade de condições e permanência das crianças e adolescentes nas escolas.

O Decreto Federal nº 7611/11 garante a acessibilidade aos educandos com necessidades educacionais especiais na educação básica, enfatizando que o atendimento especializado a estes se faça no interior das escolas, bem como exige a implementação de uma proposta pedagógica que venha a integrar este atendimento, visando também a parceria com a família e políticas públicas.

Para garantir às pessoas com necessidades educativas especiais, a atenção aos seus direitos, previstos nos diversos documentos legais, mas especialmente na Declaração de Salamanca, faz-se necessário um compromisso político, tanto em nível nacional como comunitário, para obter os recursos adicionais e para reorientar os já existentes. Com isso, fica notório o compromisso político e o encorajamento do governo

perante as pessoas com necessidades educativas especiais, garantindo a efetivação da inclusão social por meio de recursos e atendimento de qualidade nesse cenário educacional.

## 2.2 SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

De acordo com Oliveira, Gotti e Dutra (2006) a concepção de escola inclusiva se fundamenta no reconhecimento das diferenças e na aprendizagem focada nas potencialidades dos estudantes, ao invés da imposição de rituais pedagógicos pré-estabelecidos que acabem por legitimar as desigualdades e diferenças individuais e sociais, negando a diversidade. Os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais têm assegurado na Constituição Federal de 1988, o direito à escolarização realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados (OLIVEIRA, GOTTI e DUTRA, 2006). Para as autoras, denomina-se sala de recursos multifuncionais um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e que conta com profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos:

> ... são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (OLIVEIRA, GOTTI e DUTRA, 2006 p. 13).

No estado do Paraná, o atendimento ao aluno especial está amparado pela instrução N° 016/2011 – SEED/SUED que estabelece critérios para o atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais tipo I, na Educação Básica – área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos. A Sala de Recursos Multifuncional (SRM), no estado do Paraná, apresenta-se como uma alternativa

educacional em instituições do ensino público (comum). Esta sala procura trabalhar conceitos pertinentes ao processo ensino e aprendizagem, direcionados àqueles que dela necessitarem para seu sucesso escolar.

Para ser inserido em uma SRM-I o estudante precisa ter passado por avaliação diagnóstica externa, apresentando na escola o laudo que o inclua em algum dos quadros especificados na Instrução nº. 016/2011 da SEED/SUED. A avaliação deverá conter indicativos da necessidade educativa, para que o estudante possa ser efetivamente matriculado e assim ser atendido segundo a especificidade detectada. Quando este aluno chega à escola, faz-se necessário detectar a sua real necessidade, mesmo quando o professor está de posse da avaliação diagnóstica desse educando, de forma a estruturar uma prática pedagógica flexível e adequada à sua realidade.

Segundo o Ministério da Educação – MEC-, nas SRM os professores devem considerar as diversas áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, procurando então identificar quais recursos específicos devem ser empregados para que ocorra o aprendizado da criança com necessidades educativas especiais. Os professores devem cuidar para que a proposta de ensino seja personalizada, e que preveja atividades de complementação e suplementação curricular (BRASIL, 2006).

Para implementar uma proposta com tamanha dimensão, é necessário contar com a colaboração dos professores da classe regular que acolherá esse educando, dos professores que atuam nas Salas de Recurso Multifuncional I (SRM-I) e da Equipe Pedagógica, privilegiando a interação construtiva entre esses três grupos de profissionais, numa dinâmica de parceria. A ação integrada entre os diferentes profissionais que atuam com o educando, solidifica um espaço para que os estudantes que são atendidos na SRM-I possam transpor obstáculos acadêmicos de maneira qualitativa, respeitando a sua própria condição.

### 2.2.1 Sala de recursos multifuncionais X salas do ensino regular.

A sala de recursos multifuncional para atender e favorecer alunos com Necessidades Educacionais Especiais está regulamentada pelo Parecer CNE/CEB n. 17/2001, que prevê:

> "(...) Todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar podem apresentar necessidades educacionais especiais, e seus professores em geral conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem, da escola, uma série de recursos e apoio de caráter mais especializado que proporcionem ao aluno meio para o acesso ao currículo".

No Estado do Paraná a Deliberação 02/03 regulamenta a Educação Especial enquanto espaço coletivo, de diálogo, de aprendizagem e troca de conhecimentos, voltando o olhar educativo aos alunos com necessidades educativas especiais possibilitando a construção de novas formas de trabalhar cooperativamente (PARANÁ, 2014). De acordo com Oliveira, Gotti e Dutra (2006) o atendimento educacional especializado realizado em sala de recursos deve priorizar o desenvolvimento dos processos mentais, oportunizando atividades que permitam a descoberta, inventividade e criatividade.

Nessa perspectiva, o professor da sala de recursos multifuncionais deve: realizar atividades que estimulem a atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros. Deve também propiciar a interação dos alunos em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial LDB Lei nº 9.394/96 e a Resolução CEN/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do Atendimento Educacional Especializado, prevendo na sua organização a SRM-I que equipada com recursos técnicos, materiais e/ou tecnológicos, preocupa-se com a complementação da escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais, individualmente ou em pequenos grupos, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum. Não se pode incluir por incluir, simplesmente para cumprir a legislação. Torna-se necessário construir meios e recursos para a promoção da inclusão educacional.

Cada escola precisa realizar estudos sobre o tema e sobre a comunidade em que está inserida, para então propor práticas que garantam não somente o acesso, mas

também a permanência dos educandos que apresentam dificuldades em sua aprendizagem, na escola. Um trabalho integrando professores (da sala regular e da sala de recursos multifuncional) e a equipe pedagógica pode ser um primeiro passo nessa direção. A Instrução n° 016/2011 – SEED/SUED prevê, ao descrever as atribuições do professor da SRM-I: a troca e integração com os docentes da classe regular de inclusão. Determina inclusive que o professor da SRM oriente os professores da classe comum, juntamente com a equipe pedagógica, na flexibilização curricular, avaliação e metodologias que serão utilizadas na classe comum; acompanhe o desenvolvimento acadêmico do aluno na classe comum, visando à funcionalidade das intervenções e recursos pedagógicos trabalhados na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I e realize um trabalho colaborativo com os docentes das disciplinas no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Para o processo de aquisição de conceitos e para o desenvolvimento das potencialidades do educando com necessidades especiais, o professor precisa estimular dinâmicas interativas, prevendo mudanças de ordem comportamental e cognitivas, na tentativa de promoção educacional e social destes estudantes. Tais objetivos tendem a ocorrer, se o professor e a equipe pedagógica tiverem profundo conhecimento do papel da SRM-I, boa reflexão sobre esta responsabilidade e assumam postura proativa no sentido de oportunizar uma real inclusão no contexto escolar. Assim, é fundamental que o professor da classe comum busque sempre novas práticas educativas. No entanto, cabe ao professor da SRM-I apoiar estes professores na escolarização dos alunos com necessidades educativas especiais no contexto de ensino regular. Dessa forma, Brizolla (2009) destaca que a educação especial e o ensino comum devem estabelecer um trabalho de cooperação, para que o desenvolvimento das potencialidades e necessidade de cada estudante seja trabalhado mediante recursos pertinentes ao processo visando atender a cada especificidade, numa ação construtiva e dinâmica.

A parceria entre professores de SRM e de professores das classes de inclusão do ensino regular, permite promover aprendizado e troca de experiências e informações sobre as especificidades de seus alunos. Mendes (2006) explica que uma das funções do professor de educação especial, atuante em SRM, é a de estabelecer articulação

com o professor da sala de aula, como previsto no art. 13 do decreto 6.571/2008 que dispõe sobre o atendimento educacional especial (BRASIL, 2010). Por fazerem parte da equipe educacional da escola é necessário que exista um contato permanente entre estes profissionais (MANZINI, 2011). Entretanto, o espaço para esta formação muitas vezes acaba resumindo-se ao tempo disponibilizado nas reuniões pedagógicas realizadas pela escola (CIA e RODRIGUES, 2015).

## 2.3 PROFESSORES DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E DE ENSINO REGULAR: UMA PARCERIA POSSÍVEL.

Referência à implantação da proposta inclusiva na escola desperta questionamentos relativos à preparação dos profissionais para atuar neste contexto. Como diz Marquezine (2006), “[...] espera-se que um professor consiga promover mudanças em seus alunos quando eles são inseridos em atividades de ensino, planejadas para produzir aprendizagens de conteúdos da educação escolarizada” (p. 26). A preparação dos docentes frente ao processo de inclusão educacional deve levar em conta o desenvolvimento de toda uma prática pedagógica reflexiva que, além da oportunidade de avaliação constante, possibilite também pensar na formação continuada dos profissionais do setor educacional para favorecer a efetivação da proposta inclusiva (MARQUEZINE, 2006).

Formação para inclusão educacional remete a parcerias entre professores de ensino regular e de ensino especial, equipe pedagógica, pais e comunidade, pois toda a ação para a inclusão envolve esforços coletivos. Ao professor da sala de recursos cabe orientar o professor da classe comum sobre estratégias e metodologias que favoreçam autonomia e envolvimento do aluno em todas as atividades propostas ao grupo. Pois “o desenvolvimento da criatividade e da motivação dentro da área de interesse e ou de habilidade do estudante, vem ampliar as possibilidades de que o aluno tenha sucesso e satisfação pessoal” (OLIVEIRA, GOTTI e DUTRA, 2006, p.33).

O Decreto nº 6.571 destaca a escola como um ambiente, cuja função primária é a de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, com vista à autonomia e

independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008). O documento traz aos professores que atuam na escola um desafio: conseguir estabelecer troca e colaboração entre professores da sala de recursos com os professores regulares, visando obter maiores informações sobre o desempenho do aluno, gerando maior probabilidade de que o trabalho desenvolvido nas SRM repercuta nas classes comuns, além de trabalhar colaborativamente. Esta função articuladora do professor atuante em sala de recursos multifuncionais foi também descrita por Mendes (2006) que aponta como uma das funções de tais professores, estabelecer articulação com o professor da sala de aula comum.

A falta de conhecimento sobre como lidar com os alunos com necessidades educativas especiais, em muitos casos pode gerar desestabilidade em relação à atuação profissional. Porém os professores da sala comum embora sejam responsáveis pelos encaminhamentos, nem sempre tem conhecimento de quais características devem ser consideradas para que o aluno seja elegível para um atendimento mais especializado. Dentre os vários obstáculos que impedem e dificultam que a política de inclusão aconteça, um deles, decorre do despreparo dos professores do ensino regular.

O trabalho em parcerias, ou seja, o contato entre o professor da SRM e o da classe comum poderia atender a esta lacuna, pois o professor da Sala de Recursos Multifuncional pode atuar na formação continuada dos demais professores por possuir maior contato com a área e ter mais subsídios teóricos e práticos. Entretanto, o tempo para esta formação muitas vezes acaba resumindo-se àquele disponibilizado nas reuniões pedagógicas realizadas pela escola, muitas vezes com mero repasse de informações, geralmente descontextualizadas da realidade da escola (FONTES, 2009).

Costa (2011) destaca que a SRM não deve ser configurada como um espaço diferenciado da sala de aula comum, não podendo estar distante da educação escolar centrada nos princípios de inclusão, mas que deve se apresentar como um espaço pedagógico, significativamente relevante que fortaleça o papel especializado da educação dos indivíduos com necessidades educativas especiais, possibilitando assim o processo de ensino-aprendizagem. O aprendizado e consequentemente o desenvolvimento das diferentes potencialidades do educando acontece a partir da troca de informações.

Ao trocarem informações sobre o histórico do aprendizado de cada estudante atendido na SRM-I, ao alertar os demais professores para cada especificidade e a forma como trabalhar conceitos pertinentes ao processo, o professor da SRM -I estará contribuindo para a estruturação de um trabalho consistente delineado para o aluno que dele necessita. A partir dessa ação conjunta entre o professor do ensino regular, o professor especialista que media o saber especializado e o pedagogo, espera-se que o aprendizado desse aluno corresponda às expectativas e objetivos propostos.

## 3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

O trabalho de intervenção proposto como requisito parcial a ser cumprido pela professora condutora do projeto junto ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE foi implementado em um colégio público estadual, de médio porte, que atende alunos de 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, na cidade de Curitiba – Paraná. Teve por objetivo investir na promoção da inclusão na escola e foi direcionado a professores de sala de recurso multifuncional e professores de classe comum.

Foram propostas atividades para os professores convidando-os a refletir sobre a inclusão, SRMs, relação entre professores de sala regular e sala comum e também a compreender as necessidades da criança, sensibilizando os participantes para as diferenças individuais, ou para a compreensão do fenômeno do *bullying*. As atividades foram realizadas em oito encontros de 4 horas cada. Cada encontro foi programado visando integrar professores da classe regular e da sala de recursos multifuncionais - SRM. Para viabilizar os momentos em que os dois grupos de professores possuíssem horário coincidente, as atividades foram conduzidas nos momentos de hora-atividade concentrada, que ocorreram na semana pedagógica e nos encontros periódicos de professores. Cada tema foi abordado em mais de um encontro, os quais em conjunto, formaram unidades temáticas de atividades.

Foi confeccionado material didático pedagógico que veio a ser implementado nas atividades desenvolvidas, com os professores, nos encontros previstos. A

sequência das atividades, assim como os temas a que estão relacionadas, pode ser vista na fig. 1.

| UNIDADE | ENCONTRO | ATIVIDADE |
|---|---|---|
| I - Inclusão Educacional e Atuação Docente | 1º. | Apresentação do projeto |
| | 2º. | Reflexões sobre o processo de inclusão educacional. |
| | 3º. | Relação entre trabalhos de professores de classe comum e de professores de sala de recursos multifuncionais. |
| II - Professores de SRM e Processo de Inclusão Educacional. | 4º. | Análise de conteúdos atuais sobre Atendimento Educacional Especializado (AEE), Educação Inclusiva e Atuação da Educação Especial. |
| | 5º. | Reflexão sobre o papel das Salas de Recursos Multifuncionais e sobre o trabalho colaborativo entre os professores da SRM e classe comum; Adaptação e Flexibilização Curricular; Plano de Trabalho Docente. |
| III - Conhecendo o Aluno | 6º. | Sensibilização sobre as diferenças individuais. |
| | 7º. | Análise da atuação de professores e escola em relação aos planos e estratégias utilizadas para avaliar alunos com necessidades especiais. |
| | 8º. | Reflexão sobre preconceito, *bullyng* e discriminação em sala de aula, decorrente do processo de inclusão educacional. |

Fig. 1. Quadro sintetizando os temas e ações desenvolvidas com os professores alvo do projeto de intervenção

Paralelo ao trabalho de intervenção pedagógica foi constituído um Grupo de Trabalho em Rede – GTR, sobre o tema proposto. A professora responsável pela implementação do projeto foi também a tutora de um grupo composto por 20(vinte) professores que, valendo-se da internet, discutiam os passos da proposta de intervenção e também outros assuntos relacionados à integração entre professores de sala regular e professores de sala de recursos multifuncional.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando se estuda a legislação brasileira em relação à educação de crianças com necessidades especiais verifica-se que a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) foi um marco na história. No entanto, o movimento denominado Educação Inclusiva, só criou forma em 1994 com o advento da Declaração de Salamanca, que defende a educação de cada estudante de acordo com a pedagogia da diversidade.

No decorrer da implementação do projeto na escola, foi possível perceber que muitos dos docentes envolvidos desconheciam alguns conceitos relacionados às necessidades educativas especiais. Houve questionamento por parte deles sobre a falta de embasamento legal e por descreverem as habilidades esperadas, porém não mencionarem as estratégias que deveriam ser utilizadas para auxiliar no desenvolvimento acadêmico dos alunos com necessidades educacionais especiais. Ou seja, os documentos explicitavam o fim, mas não davam elementos para auxiliar o professor no processo.

Por menor que seja o número de professores com domínio para o trabalho com os alunos com necessidades educativas especiais, é importante ver como alguns professores buscam desenvolver as suas habilidades de manejo das necessidades educacionais especiais dos alunos e apresentam diversas estratégias trabalhadas com os alunos para ajudá-los a superar suas dificuldades. A implementação do projeto na escola permitiu ter contato com professores que, estando na ativa, descrevem pequenas ações que podem ter consequências muito importantes para a vida dos alunos. Um exemplo neste sentido é de um dos professores, o qual atua junto a turmas do ensino regular, que quando indagado como lida com o aluno com necessidades educativas especiais, respondeu: “...sempre busco desafiá-lo e o elogio a cada etapa superada...”

De acordo com Bueno (1999) e Sant’ana (2005), no contexto da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem o apoio especializado que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência. Educação inclusiva é aquela que oferece um ensino adequado

às diferenças e às necessidades de cada aluno e não deve ser vista lateralmente ou isolada, mas, como parte do sistema regular.

Os professores participantes da proposta de intervenção foram convidados, no início, a responder a um instrumento denominado “Teste de Poder de Inclusão”. A fig 2 aponta os resultados dos professores:

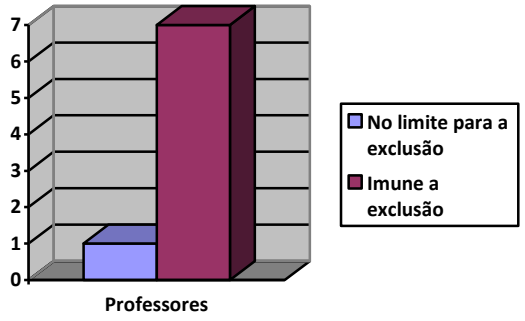


**Fig. 2** – Gráfico representativo da classificação dos professores quanto à atitude de inclusão/exclusão

Percebe-se que na Instituição de Ensino em que o projeto foi implementado, dos 9 (nove) professores participantes da proposta de intervenção, 8 (oito) tem uma visão aberta para a inclusão, já que grande parte foi classificado como imune à exclusão. Apenas 1 (um) dos respondentes encontra-se no limite para a exclusão, porém ainda tendendo para uma atitude inclusiva.

Num segundo momento das atividades, foram trabalhadas as temáticas Sala de Recursos Multifuncionais, conteúdos atuais sobre Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação Inclusiva e Atuação da Educação Especial, tendo como ponto de partida pensar na construção de um projeto que fosse discutido, descrito e a ser aplicado coletivamente na escola, para que o sentido de pertença abrangesse a todos os profissionais da educação, alunos e famílias. Foi destacada a necessidade de considerar os sujeitos, os tempos e espaços do processo educativo, além de contemplar a visão que a comunidade escolar apresenta diante dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Outras questões destacadas foram a ênfase no conceito de inclusão que a escola possui, quem são seus alunos, qual o sentido do trabalho docente e os encaminhamentos didáticos-pedagógicos a serem oferecidos aos

estudantes dentro do seu território educativo. A oferta de formação continuada aos profissionais da educação, adequação de espaços físicos da escola foram propostas como algumas das ações que podem ser incluídas no projeto escolar.

O processo de inclusão da criança com necessidades educativas especiais não depende somente do professor, isolado em seu contexto, na sua “sala de aula”, mas sim de parcerias com outros educadores, família, equipe pedagógica, entre outros. Brizolla (2009) destaca que a Educação Especial e o ensino comum devem estabelecer um trabalho de cooperação, para que o desenvolvimento das potencialidades e necessidade de cada estudante sejam trabalhados mediante recursos pertinentes ao processo, visando atender a cada especificidade, numa ação construtiva e dinâmica.

O aluno portador de necessidades educativas especiais deve ser acima de tudo respeitado, aceito e ter acesso aos mesmos materiais que os demais, sem nunca deixar de ser recebido tanto pelos colegas, professores e funcionários de maneira afetiva, sem deixar de colocá-lo a par das regras de funcionamento da instituição, é o que afirma Vargas (2013). Os relatos dos professores participantes neste trabalho muitas vezes foram condizentes com o que Vargas defende. Um exemplo neste sentido é identificado quando um dos professores da Sala de Recursos Multifuncional responde que se ele precisa trabalhar com um aluno com necessidades educativas especiais, ele deve, acima de tudo, respeitar todas as particularidades do aluno.

De acordo com Cia e Rodrigues (2015) os alunos com necessidades educacionais especiais devem receber o atendimento educacional especializado, preferencialmente nas salas de recursos multifuncionais - SRM, e iniciar tal atendimento na pré-escola. As SRM deverão contar com a presença de professores capacitados para atuar, não apenas com os alunos, mas com os professores regulares e com a família do aluno atendido de forma que o atendimento seja mais completo e traga mais benefícios.

Na escola em que foi implementado o projeto, há vinte e cinco professores das classes comuns, havendo, em cada turma regular, no mínimo um aluno com necessidades educativas especiais matriculado. Quanto às Salas de Recursos Multifuncionais, totalizam três profissionais atuantes, sendo que estes atendem a cinquenta alunos. Participaram do projeto quinze professores, abrangendo todas as

áreas do conhecimento e todos os professores que atuam junto aos alunos de SRM. Destaca-se que entre os participantes do projeto, estavam cinco componentes da Equipe Pedagógica.

Os professores da sala comum que participaram da proposta de intervenção, deram respostas próximas às encontradas por Cia e Rodrigues (2015) que destacam o papel do professor da sala de recursos multifuncionais como colaborador, identificando as necessidades dos alunos, fornecendo informações a respeito de adaptações e trabalhando a aceitação dos professores com relação aos alunos com necessidade educativas especiais. Quando foi solicitado aos professores participantes da proposta de intervenção sugestões para melhoria do trabalho que vem sendo desenvolvido, eles citaram que acreditam em uma maior eficácia no trabalho realizado em colaboração. Percebeu-se, que a maioria dos professores tem iniciativas para melhorar essa relação, no entanto, falta-lhes tempo ou mesmo estratégias de como agir.

No espaço escolar há necessidade da ação-reflexão, esse movimento encontramos no dia a dia, nas formações continuadas e no momento da hora atividade. As formações ofertadas pela mantenedora trazem o momento de refletir, reconsiderar e reavaliar os elementos do PPP quanto à proposta de educação inclusiva. A hora atividade consiste em espaço de planejamento, estudo, reflexão e avaliação do processo ensino-aprendizagem, colaborando para o atendimento de qualidade frente aos alunos de SRM.

Também, abriu-se reflexão sobre qualidade na SRM, durante o desenvolvimento do Grupo de trabalho em Rede (GTR), onde participaram 20(vinte) professoras, sendo a maioria com grande experiência em sala de recursos e com cursos de aperfeiçoamento específicos na área. A maioria trabalha em salas regulares e simultaneamente, no contra turno, em sala de recursos. O aproveitamento foi de 100% das participantes com ampla discussão, sugestões e convergência de ideias sobre os desafios e resultados esperados.

A participação e trocas de experiências foram significativas, inclusive com importantes sugestões e relatos pessoais adquiridas e vividas por todas as participantes do GTR.

Foi de comum acordo, entre as participantes do GTR, que o profissional de sala de recursos, iniciante ou não, necessita de cursos específicos na área, atualização constante em função das inovações, metodologias e análise dos avanços pelos alunos, para que seja possível efetuar adaptações no “como trabalhar”. A aplicabilidade do referido projeto, foi considerada viável por todas as participantes que contribuíram com as discussões.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi elaborado pensando em todos aqueles que acompanham a criança com necessidades educacionais especiais em seu processo de aprendizado formal dentro da escola. Professores das salas de recursos Multifuncionais (SRM) e professores das salas regulares foram os principais alvos da proposta, dada a relação direta que estabelecem com o educando em processo de inclusão. Pretende-se que o material desencadeie reflexões e promova a articulação do trabalho entre os que atuam junto à criança.

Haja vista a necessidade da inclusão educacional, tanto em seu aspecto legal como social, entende-se que a escola precisa re-significar suas funções políticas, sociais e pedagógicas, adequando seus espaços físicos, melhorando as condições materiais de trabalho de todos os que nela atuam, aprimorando suas ações para garantir a aprendizagem, buscando atender as necessidades de qualquer educando, sem discriminação, afirma Vargas (2013). As equipes devem trabalhar interdisciplinarmente, propondo conteúdos personalizados para cada modalidade de assimilação de aprendizagem e planejados para as necessidades de cada criança específica.

Contudo, ainda há muito que melhorar, buscar, inovar ou simplesmente adaptar a esta realidade. Ainda há confusão em relação ao assunto inclusão, visto que um aluno inserido numa classe regular está muitas vezes somente em uma escola que se diz inclusiva, mas, que não proporciona condições para a melhoria da educação em geral.

O acesso de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular é admitido àqueles que “(…) possuem condições de acompanhar as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (MEC, 1994, p.19 *in:* VARGAS, 2013). Uma verdadeira inclusão exige rupturas em seu sistema e envolve todos os excluídos. É preciso dar acesso ao conhecimento, mesmo que o aluno aprenda com dificuldades. Estas, devem ser trabalhadas em parceria com o professor de Ensino Regular e Salas de Recursos Multifuncionais, redimensionando a organização do trabalho pedagógico, concebendo um novo olhar para a escola e seus estudantes.

Pode-se concluir que, de maneira geral, professoras de sala de recursos multifuncionais estão cientes da importância de compartilhar informações com os professores regulares e que buscam, na medida do possível, estabelecer ações junto a eles. Entretanto a falta de maior tempo destinado a isto e, em alguns casos, a falta de entendimento do professor regular, dificultam a efetivação de tal aproximação. Faz-se a ressalva de que, mesmo com estas dificuldades, as professoras acreditam que a possibilidade de um trabalho colaborativo poderia facilitar esta relação e tornar seu trabalho mais efetivo junto aos seus alunos, auxiliando no processo de escolarização dos mesmos na escola comum.

As funções centrais do trabalho do professor da classe regular e do professor da SRM é diferente, o que fortalece a necessidade do trabalho junto e em parceria. O professor de sala regular precisa encontrar alternativas que favoreçam a participação de todos os alunos no processo ensino aprendizagem. Na sala de recursos, o professor do AEE deve oportunizar aos alunos a descoberta das suas potencialidades, desenvolvendo atividades que contribuam para seu desenvolvimento e participação na sala de aula e em sua vida social. Enfim, cabe aos professores das Salas Regulares e Salas de Recursos Multifuncionais desenvolverem ações voltadas para o coletivo da escola, a fim de que os alunos possam conviver em um ambiente que favoreça a participação de todos sem discriminação ou exclusão por limitações de ordem física, cognitiva ou sensorial.

Assim como todo estudo deixa abertas lacunas, não poderia deixar de ser assinalado que, a partir desta intervenção pedagógica na escola, foi possível identificar

um espaço para possíveis propostas no que diz respeito à relação de professores do ensino regular e professores de sala de recursos multifuncionais, bem como sua formação acadêmica e a própria formação continuada. Apesar dos avanços dos ideários e de projetos político-pedagógicos, muitas instituições de ensino ainda não implementaram ações que favoreçam a formação de seus professores para trabalharem com a inclusão. E, por fim, também fica aberta a possibilidade de um estudo posterior destinado a incluir a família do aluno especial junto à escola. A soma de escola, família e comunidade pode fortalecer o processo de inclusão sem exclusão, o que nos lembra a frase de Freire (2014, p. 61) " (...) não é, porém possível e sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Parecer 17.** Brasília. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13251%3Aparecer-ceb-2001&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=866>. Acesso em: 30 de maio.2014.

_____. **Decreto nº6.571 de 17 de setembro de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em 20 Set. 2014.

_____. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** MEC: SEESP, 2001.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislação>. Acesso em: 20 Set. 2014.

_____. **Resolução Nº. 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 20 Set. 2014.

_____. Ministério da educação. **Nota técnica SEESP/GAB n. 11/2010 de 7 de maio de 2010.** Apresenta orientações para a institucionalização da oferta do

atendimento educacional especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília, 2010.

_____. **ECA.** Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, 1990. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 25 de maio. 2014.

_____. **Decreto 7611.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011.../Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 25 maio. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Salas de recurso multifuncionais:** espaço para o atendimento educacional especializado. Brasília: MEC, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/ SEESP, 2008.

BRIZOLLA, F. **Para além da formação inicial ou continuada, a form(a)ção permanente:** o trabalho docente cooperativo como oportunidade para a formação docente dos professores que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais. Universidade Federal do Paraná, setor litoral, 2009, V Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: formação de Professores em foco, São Paulo, SP.

BUENO JGS. **Educação especial brasileira:** integração /segregação do aluno diferente. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1999.

CIA, Fabiana; RODRIGUES, Roberta Karoline Gonçalves. **Ações do professor da sala de recursos multifuncionais com os professores das salas comuns, profissionais e familiares de crianças pré-escolares incluídas.** Dossiê Temático. Disponível em http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/2891/2573. Acesso em 12 Dez 2015.

COSTA, V. B. **A sala de recursos:** algumas contribuições ao processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência visual. *In:* Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 6, 2011. Inclusão: pesquisa e ensino. Anais do VI Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial. Londrina, p.1738-1750.

FONTES, R. S. **Ensino colaborativo:** Uma proposta de educação inclusiva. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____, **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo:** diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

LIMA, Elvira Souza. **Diversidade na sala de aula.** São Paulo: Sobradinho, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANZINI, E. J. **Possíveis variáveis para estudar as salas de recursos multifuncionais.** In: Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial, 6, 2011. Prática pedagógica na educação especial - Multiplicidade do atendimento educacional especializado. Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial. Vitória, p.1-19.

MARQUEZINE, M. C. **Formação de profissionais professores de educação especial** - deficiência mental e curso de pós-graduação lato sensu: um estudo de caso. 2006. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2006.

MAZZARO, J. L. **Baixa visão na escola:** conhecimentos e opiniões de professores e pais de alunos deficientes visuais, em Brasília, DF. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Disponível em http://www.bibliotecadigital.unicamp.br. Acesso em 12 Dez 2015. Data de Defesa: 22-08-2007. Código: vtls000428305. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MENDES, E.G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

OLIVEIRA, Denise Alves; GOTTI, Claudia Maffini, DUTRA, Claudia Pereira. **Sala de recursos multifuncionais:** espaços para atendimento educacional especializado. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão:** um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PARANÁ. **Instrução 016.** Curitiba. 2011. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=235>. Acesso em: 25 de maio. 2014.

_____. **Deliberação 02**. Curitiba. 2003. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=235>. Acesso em: 25 de maio. 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva:** um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista da Educação Especial. Ano I, nº. 1. Out/2005.

SANT'ANA IM. **Educação inclusiva:** concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf. Acesso em 12 Dez 2015.

SOARES, E. **Metodologia científica**: lógica epistemológica e normas. São Paulo: Atlas, 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisação**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: Corde, 1994.

VARGAS, Roberta Vieira. **Os desafios de incluir sem excluir.** Revista O Professor. Ed. 7 Ago 2013. Disponível em: http://www.revistaoprofessor.com.br/wordpress/?p=232. Acesso em 12 Dez 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.